

**PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DO DISPOSITIVO CLÍNICO DO
ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO EM MINEIROS – GO**

Marília Gabriela Costa Rezende¹, Alessandra Rocha da Silva², Érica Cristina de Souza³, Letícia Silva Oliveira⁴, Danilo Marques da Silva Godinho⁵

¹ Discente – UNIFIMES (e-mail: mar_iliagab@hotmail.com)

² Discente – UNIFIMES

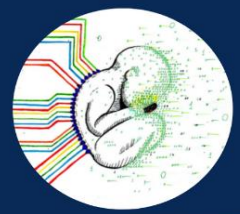
³ Discente – UNIFIMES

⁴ Discente – UNIFIMES

⁵ Docente – UNIFIMES

Modalidade do trabalho: () Extensão (x) Pesquisa

Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa acerca do dispositivo clínico do Acompanhamento Terapêutico, com vistas à implementação deste recurso no âmbito da rede de cuidados em saúde mental na cidade de Mineiros – GO. O Acompanhamento Terapêutico é uma proposta de assistência que amplia as possibilidades de se pensar no cuidado e autonomia nos processos de subjetivação dos sujeitos que apresentam intenso sofrimento psíquico. É uma modalidade que permite repensar criticamente sobre os espaços urbanos/geográficos, bem como suas representações sociais/individuais. É uma estratégia de intervenção, um dispositivo clínico-político que se faz como uma clínica em ato, visando a reabilitação psicossocial do acompanhado como uma alternativa à internação (1). Assim, o acompanhante terapêutico participa de momentos corriqueiros da vida daquele que acompanha, transitando pelos espaços urbanos, possibilitando o encontro com a diferença, o trabalho em rede e a ressignificação de ser e estar no mundo (1). O AT surge a partir dos movimentos da Reforma Psiquiátrica que visavam sobretudo a desinstitucionalização da loucura, uma mudança no tratamento da doença mental, combatendo a lógica manicomial. Isso possibilitou o surgimento de novos dispositivos que figuram alternativas à hospitalização, tais como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e as Residências Terapêuticas (2). Apesar das mudanças observáveis, ainda é preciso combater o sistema médico-hospitalar que opera sobre esses dispositivos por outros meios de controle e assujeitamento. Nesse cenário, o AT se mostra como uma importante ferramenta permitindo a produção de novos sentidos para a relação sujeito - mundo. O AT desponta no âmbito da rede de assistência e promoção de saúde mental, atuando como um importante vetor de transformação sociopolítica na luta pela construção de uma série de serviços substitutivos à lógica manicomial. Com isso, tem-se uma prática coletiva que opera em rede e possibilita uma gestão comum da saúde, propiciadora do encontro com pessoas em sofrimento psíquico (3). O AT permite, ainda, a circulação dos fluxos, uma desestabilização das essências e o encontro com o diferente, que produzem novas formas de ser e estar no mundo (3). Nisso está a sua força política e nisso se dá a relevância do nosso trabalho. O AT pode ter muito a contribuir no município de Mineiros - GO, pois faz parte de um movimento importante de reforma, questionando a hegemonia do saber médico-hospitalar, contribuindo na produção de novos modos de subjetivação para além do que os estigmas manifestam. O AT permite ressignificar os espaços sociais, criando uma rede psicoafetiva na cidade, contribuindo para uma gestão pública da saúde e para a abertura aos fluxos da vida; intervém, portanto, como uma resistência às



práticas de assujeitamento, se constituindo enquanto um importante ator clínico-político na necessária luta diante de um cenário de retrocessos na saúde pública.

Palavras-chave: Acompanhamento terapêutico. Clínica na cidade. Reforma psiquiátrica.

Referências:

1- GODINHO, Danilo Marques; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Clínica em movimento: a cidade como cenário do acompanhamento terapêutico. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 31, n. 3, p. 320-327, set./dez. 2019.

2 - GONÇALVES, Laura Lamas Martins; BARROS, Regina Duarte Benevides de. Função de publicização do acompanhamento terapêutico: a produção do comum na clínica. **Revista Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, n. spe2, p. 108-116, 2013.

3 - SILVA, Alex Sandro Tavares da; SILVA, Rosane Neves da. A emergência do acompanhamento terapêutico e as políticas de saúde mental. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 26, n. 2, p. 210-221, 2006.